



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

PETIÇÃO N.º 591/XIII/4.ª

XIII LEGISLATURA

4.ª Sessão Legislativa

Dia: 27 de junho de 2019

Hora: 14h00

Sala: 04

Assunto: Solicitam diligências que possam levar o Governo a avançar com a concretização do IC26

Peticionantes: Cristiano Dias de Almeida Costa Coelho (1º Subscritor) e José Eduardo Ferreira (Presidente da Câmara Municipal de Moimenta da Beira)

Deputados presentes: António Lima Costa (PSD), José Rui Cruz (PS), Ernesto Ferraz (BE), Ângela Moreira (PCP) e Helder Amaral (CDS-PP).

Exposição apresentada:

O Peticionante Cristiano Coelho agradeceu a possibilidade de transmitir os ensejos dos residentes de Moimenta da Beira, Sernancelhe, Tarouca e Trancoso, sobre a necessidade de concretização do IC26, perante a Assembleia da República e fez considerações éticas sobre a primazia dos valores democráticos e da cidadania. Referiu que a concretização do IC26 corresponde a uma promessa antiga, porém registou a patente dificuldade na sua execução, também mencionou que o dito itinerário está contemplado no plano viário e passou a justificar a premência do investimento:

1. Preocupação com a segurança rodoviária, região com intensos nevoeiros e com possibilidade de queda de neve o que obriga a especiais necessidades de manutenção rodoviária;
2. Reforçar o bem-estar da população, recuperar a dignidade de quem vive no interior, sem esquecer as particulares necessidades de uma população idosa que precisa de se deslocar para ter acesso a cuidados de saúde num território de difícil orografia;
3. Apostar nas empresas, resiliência dos empresários em sustentar atividades económicas em territórios com difíceis acessos.

O Peticionante José Eduardo Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Moimenta da Beira, observou que também estava em representação da CIM Douro, salientou desconhecer as razões subjacentes à inibição da construção da referida via rodoviária e passou a demonstrar os motivos conducentes à realização do investimento:

1. Abrange uma área geográfica de produção vinícola, 50% da exportação vinhateira tem origem no Douro, e também de produção de maçãs na zona de Moimenta da Beira, que corresponde a 50% da produção nacional;
2. A inexistência da dita via rodoviária diminui a competitividade empresarial e territorial, discriminando negativamente a região relativamente a outros territórios, através da sua concretização decorrerá um importante contributo para a coesão;
3. Relativamente ao turismo a região do Douro contribui com 4% para o total nacional, contudo os visitantes oriundos de Espanha demoram duas horas para se deslocarem, dentro da região, desde a fronteira até ao rio Douro;
4. A ausência do IC26 corresponde a custos inoportáveis para as empresas locais e também não pretende ser uma autoestrada;
5. A região pretende contribuir para a produção e para a competitividade nacional, sendo o PNI2030 o instrumento inclusivo das regiões que registam maiores assimetrias como tal deve registar esta necessidade de investimento.

Usaram da palavra os Deputados:

- António Lima Costa (PSD)

- cumprimentou os Peticionantes e agradeceu o esforço na concretização da presente iniciativa;
- salientou que a região considera o referido investimento estruturante, destacou a unanimidade política existente em torno desta pretensão e mencionou o documento “Douro 2030 – estratégia para uma década” que apresenta o plano estratégico para a região;
- afirmou que a concretização de investimento só será viável se estiver inscrito no PNI2030, porém o Governo não considerou ser uma obra prioritária e por esse motivo não foi contemplada no plano de investimentos;
- destacou que o GP PSD propôs a inclusão do projeto IC26 no Projeto de Resolução em discussão no Grupo de Trabalho referente ao PNI2030.

- Ernesto Ferraz (BE)

- cumprimentou os Peticionantes e saudou o seu esforço pela defesa dos interesses dos cidadãos;
- mencionou a relevância do referido investimento como complemento territorial à mobilidade de pessoas e bens;

- salientou a inércia na concretização deste investimento e referiu que passaram duas décadas sem uma tomada de decisão;
- destacou a preocupação com a redução das assimetrias territoriais e considerou fundamental a realização deste tipo de investimentos;
- observou a criação da Secretaria de Estado da Valorização do Interior, contudo referiu a inexistência de contributos decorrentes do seu trabalho;
- questionou quais as diligências realizadas pela CIM Douro junto do Governo e qual o motivo do baixo número de assinaturas por parte dos peticionantes.

- o Ângela Moreira (PCP)

- felicitou os Peticionantes e agradeceu terem apresentado a Petição;
- referiu que o GP PCP não tem Deputado eleito pelo círculo eleitoral de Viseu, mas mantêm a sua iniciativa e acompanha os problemas da região;
- considerou fundamental a realização de investimentos que contemplem preocupações com a segurança rodoviária, com a valorização do interior e que promovem a fixação da população;
- salientou que as soluções são possíveis caso haja vontade e que o GP PCP tem uma especial atenção com as pessoas e as empresas dos territórios do interior;
- observou os problemas decorrentes do encerramento de serviços de interesse público de proximidade, designadamente no âmbito da saúde, da banca e os CTT, e destacou a necessidade de uma capilaridade ao nível da mobilidade capaz de suprimir as limitações de tempo e distância;
- afirmou o apoio do GP PCP à iniciativa apresentada.

- o Deputado Helder Amaral (CDS-PP)

- felicitou os Peticionantes e demonstrou ter um profundo conhecimento sobre o assunto;
- abordou o esforço do GP CDS-PP para a concretização de um conjunto de infraestruturas na região, considera prioritário a construção do IC26, contudo observou a existência de problemas orçamentais nacionais que obrigam à adequada hierarquização na realização de investimentos;
- explicou os trabalhos desenvolvidos no Grupo de Trabalho PNI2030, designadamente a elaboração de um Projeto de Resolução precedido de uma audição pública em que foram ouvidas, entre diversas entidades, as CIM;
- elogiou o esforço e a resiliência dos autarcas, residentes e empresários;
- destacou que o referido investimento apresenta grandes benefícios e com encargos pouco avultados;
- afirmou que existe consenso e vontade política para a concretização do dito investimento.

- Deputado José Rui Cruz (PS)
- salientou o consenso existente em torno deste investimento, contudo observou o problema de definir prioridades em momento eleitoral;
- destacou os investimentos considerados prioritários pelo GP PS, designadamente o IC26;
- mencionou que o custo estimado para a concretização da dita infraestrutura corresponde entre 90 a 110 milhões de euros;
- defendeu a necessidade de uma ligação entre a A24 e o IP2 através da construção do IC26, contribuindo para a melhoria das acessibilidades e promover a coesão territorial;
- Por fim, afirmou que o GP PS subscreve os propósitos desta Petição.

Em resposta interveio o Peticionante Cristiano Coelho:

- agradeceu aos Senhores Deputados e notou que o número reduzido de assinaturas advém da celeridade pretendida com o intuito da Petição ser discutida na Assembleia da República na presente sessão legislativa, porém destacou que as assinaturas foram recolhidas no concelho de Moimenta da Beira o que corresponde a 10% da população local.

Complementou a resposta o Presidente da Câmara Municipal de Moimenta da Beira, José Eduardo Ferreira:

- respondeu ao Senhor Deputado Ernesto Ferraz (BE) esclarecendo os esforços realizados com o intuito de inscrever o projeto IC26 no PNI2030, designadamente as deliberações do Município de Moimenta da Beira, também em 2010 a Associação de Municípios do Vale do Douro Sul entregou um documento, ao Senhor Ministro em funções das Obras Públicas, que frisava a prioridade na construção da dita via rodoviária e na atualidade salientou que a CIM Douro escolheu três prioridades, sendo uma delas uma prioridade rodoviária que corresponde ao IC26;
- salientou que o PNI2030 não inscreveu no seu caderno de encargos qualquer das três prioridades defendidas pelos 16 municípios que constituem a CIM Douro, por esse facto considerou o dito plano adverso à coesão territorial;
- explicou os custos previstos para a concretização do investimento do IC26, o traçado entre Amarante e Trancoso tem estimado o valor de 200 milhões de euros e no caso do trajeto entre Trancoso e Lamego o montante corresponde entre 90 a 114 milhões de euros;
- demonstrou o consenso existente e a necessidade de insistir na concretização deste investimento estruturante, por fim observou as distintas condições de desenvolvimento entre o Douro Norte e o Douro Sul que considerou decorrerem das infraestruturas existentes.



Palácio de São Bento, em 28 de junho de 2019

O Assessor da Comissão

(Luís Marques)